

## **A CULTURA BRASILEIRA: FORMAÇÃO E TENSÕES**

Guillermo de Ávila Gonçalves  
IFG / Doutorando em Educação (UFG)  
guillermoefa@yahoo.com.br

### **I – INTRODUÇÃO**

Identificar a essência da cultura brasileira, delimitar os seus contornos e apontar suas formas de efetivação é uma tarefa cuja complexidade se compara àquela que, composta por contribuições de diferentes grupos étnicos e sociais em momentos diversificados da história do nosso país, viabilizou a gênese desta mesma cultura. As dimensões continentais do Brasil e os acontecimentos históricos que tiveram lugar em nosso país nos últimos séculos propiciaram a formação de culturas regionalizadas que se articulam em um processo mais amplo de constituição do que se denomina cultura brasileira.

A cultura nacional pode ser examinada a partir de manifestações como a socialização, a (des)politização, a religiosidade e o folclore. Mais que abordar uma determinada manifestação específica da cultura brasileira, este texto conceitua e contextualiza o termo cultura e investiga sua efetivação no Brasil. Para tanto, tomaremos como referencial teórico as contribuições de Bosi e Carvalho, autores que compreendem a cultura brasileira como um processo dialético que reflete contradições.

Outros autores, como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, traçaram perfis da cultura brasileira segundo perspectivas que diferem daquelas manifestadas por Bosi e Carvalho. Os estudos de Holanda, Freyre e DaMatta se ocupam de uma caracterização da cultura nacional fundamentada na democracia racial, no homem cordial e na permissividade sexual. Para esses autores o jeito brasileiro de ser abriga em si mesmo as possibilidades de transformação social.

Por outro lado, nossos autores de referência, Bosi e Carvalho, identificam na formação cultural brasileira tensões que interferem na cultura política do nosso povo. Algumas destas tensões são: o público em contraposição ao privado, o coletivo em oposição ao individual, a participação política em oposição à apatia social, a associação política contraposta à associação comunitária, a cidadania disposta em sentido contrário à estadia e à pátria, e até mesmo a racionalidade emancipatória que se contrapõe à uma razão instrumental, segundo uma perspectiva frankfurtiana.

Em síntese, nos preocuparemos nesse artigo em definir a cultura, para posteriormente abordarmos a sua efetivação no Brasil em um contexto marcado por diversas tensões.

## II – A CULTURA: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

De acordo com Bosi (2001), a conceituação de cultura depende da compreensão das palavras *colo* e *colonização*, sendo que esta última fundamenta as formações culturais dos povos subjugados por metrópoles dominantes, como se verificou com o Brasil diante de Portugal.

Bosi (2001) diz que o termo *colo* remete ao cultivo da terra, daí derivando o termo *colonus* (colono). A colonização, por sua vez, associa a ocupação e o cultivo da terra à imposição dos cultos sagrados por iniciativa do colonizador, conforme se verificou no Brasil através da catequização dos índios pelos jesuítas.

Para Bosi (2001), a cultura extrapola a dimensão agrícola do trabalho do homem para atingir o trabalho no homem, o que configura o intuito pedagógico de formação do ser, conforme a *Paidéia*.

Assim, para Bosi (2001, p. 16), “a cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social”. Neste contexto a educação seria o veículo transmissor da cultura.

De acordo com Bosi (2001), a terminação *urus*, em *culturus*, pressupõe o porvir, a construção permanente de um projeto. Tal projeto teria como meta a busca de condições ideais de vida, mas deslizos humanos conectam a cultura à produtividade que requer o domínio do homem sobre o próprio homem.

Adorno e Horkheimer (1985) definem o domínio do homem sobre a matéria e os outros homens na perspectiva de uma racionalidade instrumental que se concretiza no poder e no capital. Como antítese para essa forma de razão os mesmos autores defendem a constituição de uma razão emancipatória comprometida com a felicidade e as superações da dominação e da barbárie. No entanto, na quase totalidade do mundo em que vivemos se instalou historicamente a hegemonia da razão instrumentalizada de viés positivista, o que aliás atende perfeitamente aos anseios de um capitalismo ávido por poder e acumulação material. Foi justamente nos alicerces da razão instrumental e da violência da colonização que se edificou a cultura brasileira, com todas as suas contradições.

### III – A EFETIVAÇÃO HISTÓRICA DA CULTURA NO BRASIL: ALGUMAS NOTAS

Bosi (2001) afirma que o mercantilismo burguês europeu encontrou nas colonizações periféricas as condições para a sua expansão. Neste contexto de colonização os portugueses retiraram do Brasil madeira, açúcar e ouro, em ciclos sucessivos de exploração econômica que proporcionaram inúmeras transformações na rede social indígena que habitava nosso país antes do ano 1500.

Marx afirma que o processo de colonização geralmente se associa ao extermínio ou à escravidão dos nativos da colônia, o que acarreta violentas “interações” sociais. Marx vai além, quando diz que os horrores bárbaros do sobretrabalho civilizado e da escravidão forjaram a gênese da cultura política do povo brasileiro (BOSI, 2001).

Há por parte de alguns estudiosos da cultura brasileira, notadamente Gilberto Freyre, a produção de discursos românticos que promovem uma fantasia tropical fundamentada na interação social da qual emergiram as figuras dos mulatos, caboclos e cafuzos. Tal interação se mostra, a partir de uma ótica mais crítica, como resultado de imposições que historicamente o branco europeu perpetrou contra os índios nativos e os negros africanos.

Sérgio Buarque de Holanda, importante estudioso da colonização brasileira, faz uma leitura de nossa história alicerçada em traços do conquistador português, como o individualismo, a cordialidade e o comportamento desordenado. Tais determinantes psicológicas teriam sido assimiladas pelo homem brasileiro segundo um processo de feliz aclimação e solidariedade cultural, termo cunhado por Holanda que remete à interação, não à imposição (BOSI, 2001).

Bosi (2001) desconstrói o consenso da interação quando relata que o colonizador se apropriou de bens materiais e culturais do negro e do índio na medida em que tais bens se mostravam convenientes aos interesses do dominador. Para o autor o português se apropriou da culinária e das mulheres colonizadas objetivando seu bel prazer, muito mais de acordo com o contexto da imposição do que da reciprocidade, o que confere à democracia racial de Freyre o caráter de mito.

A colonização brasileira, portanto, não se efetivou pelo consenso, mas pela força. A hegemonia portuguesa limitou a expressão dos costumes indígenas e africanos, mas não eliminou os traços de resistência destas culturas particulares nem consolidou em sua

integralidade a tradição lusitana. A cultura resultante da colonização não é exatamente a do colonizador, tampouco a do colonizado.

A constituição da cultura brasileira ocorreu historicamente na dependência de fatores sociais e econômicos que determinaram formas específicas de relação entre colonizador e colonizado, descritas por Bosi (2001) a partir das seguintes características: a consolidação de latifúndios comprometidos com o mercantilismo europeu; a existência de contínua dependência do negro em relação às elites sociais, mesmo depois da abolição da escravatura; o tensionamento constante entre as oligarquias locais e a Coroa Portuguesa; as limitações para o exercício da cidadania provocadas pelo Estado absolutista; a presença dos ideais de uma Igreja supranacional e a elitização social associada à alfabetização.

Em função das características supracitadas Bosi (2001, p. 25) diz que

a formação colonial no Brasil vinculou-se: economicamente, aos interesses dos mercadores de escravos, de açúcar, de ouro; politicamente, ao absolutismo reinol e ao mandonismo rural, que engendrou um estilo de convivência patriarcal e estamental entre os poderosos, escravista ou dependente entre os subalternos.

Carvalho (2009) diz que as heranças do passado colonial brasileiro representaram obstáculos para o desenvolvimento das liberdades civis e para o estabelecimento de relações saudáveis entre os cidadãos e o governo. O mesmo autor explica que a primeira capital da República, o Rio de Janeiro, não se constituiu como cidade burguesa associada à democracia moderna; assim não foi instalado um sistema republicano de fato, ainda que a Proclamação da República em 1889 o tenha instalado de direito: o Brasil deixava uma antiga ordem, a imperial, sem que se efetivasse verdadeiramente uma nova ordem política.

Carvalho (2009) destaca a formação do povo brasileiro influenciada pela cultura ibérica, que por sua vez se fundamentava nas predominâncias da família, do grupo de trabalho e do Estado. As conseqüências de tais elementos seriam a escassez de organização e de consciência coletiva e, no plano político, o fisiologismo. Não constaria de nossa formação, ao contrário do ocorrido em colônias anglo-saxônicas, a figura do individualismo conectado à iniciativa privada e à participação política.

Anníbal Falcão, citado por Carvalho (2009), vislumbra as contribuições das culturas ibérica e anglo-saxônica segundo outra ótica: para ele as culturas portuguesa e espanhola viabilizavam uma sociabilidade afetiva, moral e integrativa, enquanto a tradição anglo-saxônica estaria voltada para a ciência, a competição e o acúmulo de bens materiais. O mesmo Falcão diz que seria de se esperar que a cultura integrativa conduzisse o Brasil a uma ditadura republicana de natureza coletiva.

Carvalho (2009) diz ainda que as cidades brasileiras se viram, no alvorecer da República, diante de um impasse representado por duas tradições antagônicas: a cultura familiar e comunitária em oposição à tradição liberal individualista. O embate entre estes opostos teria propiciado a formação de um novo híbrido, que não conteria nem os resquícios integrativos da monarquia apoiada pelo povo tampouco os fundamentos do Estado liberal democrático. A República recém instalada respirava ares liberais, mas não efetivou verdadeiramente a liberdade e a participação populares.

#### IV – POLARIDADES E TENSÕES: A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DA CULTURA BRASILEIRA

Uma análise crítica da formação cultural brasileira permite a identificação de tensões que se constituíram historicamente em nosso país e que continuam a habitar entre nós na condição de contradições e dicotomias. Um destes tensionamentos diz respeito à oposição entre o individualismo burguês anglo-saxônico e o espírito coletivo e integrativo ibérico.

Carvalho (2009) explica que a cidade ocidental medieval, segundo os estudos de Weber, consolidou a moderna sociedade industrial capitalista fundamentada em uma associação de produtores individuais capaz de estabelecer novas concepções de legitimidade política. Tal legitimidade levava à formação dos cidadãos, segundo a nova ordem burguesa. Para Carvalho (2009, p.147), esta nova legitimidade foi

a primeira entidade política moderna, precedendo o próprio Estado moderno ao qual se opunha. Tornou-se autônoma, com justiça própria, finanças próprias, defesa própria, governo próprio. E quebrou a base associativa da sociedade anterior, ignorando condicionamentos estamentais, eclesiásticos, familiares. O novo cidadão era admitido em termos estritamente individuais. Surgia literalmente uma nova sociedade baseada na associação livre de produtores.

A cidade burguesa, ainda segundo Weber, trazia consigo a gênese do capitalismo, da sociedade liberal, do racionalismo e do individualismo, dentre outros elementos do Estado moderno. A cidade moderna se constituiu sobretudo no norte europeu, enquanto no sul e no sudoeste da Europa, como no caso das sociedades ibéricas, houve ruptura menor com os padrões medievais, o que fez com que Portugal e Espanha não partilhassem do individualismo burguês na mesma proporção da Inglaterra (CARVALHO, 2009).

Carvalho (2009) afirma que a cultura anglo-saxônica se fundamentava no individualismo, na liberdade e na tensão entre liberalismo e democracia. No caso da cultura

ibérica, da qual somos tributários, o liberalismo teria se constituído de forma maquiavélica e a democracia teria assumido compromisso explícito com o populismo. A ditadura Vargas, no Brasil, e alguns governos populistas de “esquerda”, na América do Sul, parecem confirmar essa tese.

Não tendo o povo brasileiro se configurado a partir da ética do individualismo e da prosperidade, estabeleceu-se o padrão da integração social comunitária, o que implicou em privilégios das associações futebolísticas e carnavalescas sobre as articulações políticas. Assim, se estabelece a tensão entre os associativismos comunitário e político.

De acordo com Carvalho (2009), o alvorecer da República brasileira representou um período de escassa articulação política popular, uma vez que nossa população não se comprometeu com processos eleitorais ou partidos operários. Os cidadãos da República recém-instalada na verdade se articulavam ao redor de festas religiosas e eventos esportivos onde os estratos sociais se encontravam, o que levou Carvalho (2009, p. 142) a afirmar que “o encontro de governantes com o povo dava-se fora dos domínios da política”.

A figura da apatia política contrasta com a perspectiva de participação política sistematizada: desta tensão surge o comportamento político do brasileiro dos primeiros anos republicanos, assim explicitado por Carvalho (2009, p.146-147):

Permanece, no entanto, o fato de que entre as reivindicações não se colocava a de participação nas decisões, a de ser ouvido ou representado. O Estado aparece como algo a que se recorre, como algo necessário e útil, mas que permanece fora do controle, externo ao cidadão. Ele não é visto como produto de concerto político, pelo menos não de um concerto em que se inclua a população. É uma visão antes de súdito que de cidadão, de quem se coloca como objeto da ação do Estado e não de quem se julga no direito de a influenciar.

A colocação do homem como súdito, e não como cidadão, tem sua origem, conforme Telles (2001), em um conjunto formado por tradições que expressam uma sociedade autoritária incapaz de estabelecer direitos na perspectiva da igualdade, porém determinada a tutelar os desamparados. A privação de direitos estaria no centro da motivação para a perpetuação da dependência do povo diante do Estado e para a consolidação do estereótipo do brasileiro obediente.

Ainda de acordo com Telles (2001), é no Brasil real que persistem empecilhos para o reconhecimento do outro como sujeito de direitos e interesses legítimos: a alteridade da norma legal não se concretiza nas práticas sociais cotidianas.

As raízes da apatia política brasileira provavelmente se vinculam a um estado de dependência e subordinação historicamente construído, através do qual diferentes senhores

exerceram suas dominações: os conquistadores portugueses, os proprietários de engenhos e os governos populistas da República. A nação sucumbiu aos pés de diversos algozes e como alternativa à apatia surgiu a composição alicerçada no fisiologismo daqueles que se alimentavam do Estado com o intuito de alcançarem benefícios privados. O retrato histórico que traçamos se mostra, portanto, contemporâneo.

Contemporânea é também a tensão que se estabelece entre o público e o privado na cultura brasileira. O privado é estabelecido pelo contrato que regula o direito de propriedade, enquanto o público se traduz por aquilo que pertence à sociedade constituída pelos indivíduos. Sendo o bem público um elemento de pertencimento de todos, não pode ser configurado como um bem cuja posse se estabeleça a partir do direito individual de propriedade. É nesse quesito, no entanto, que reside prática social brasileira eticamente condenável, a da apropriação particular dos bens e recursos públicos.

Arendt (2009) ensina que o interesse público esclarecido somente poderá existir na perspectiva do respeito pela coisa pública, o que indica a supremacia do público sobre o privado. No entanto, comenta a autora, são freqüentes as opções humanas pela temporalidade reduzida da vida privada em detrimento do interesse social mais amplo.

Carvalho (2009) cunhou, como emblema da busca do Estado para a satisfação de desejos particulares, o neologismo estadania. Segundo o autor, a estadania se traduz pela composição de indivíduos com o Estado segundo uma lógica alimentária. Além do clientelismo, a estadania se constituiu no Brasil também pela desordem na representação política: foi assim que capoeiras e malandros se envolveram com os processos eleitorais.

Ainda segundo Carvalho (2009), Artur Azevedo traçou um retrato do comportamento do povo fluminense fundamentado na trapaça e no desrespeito às leis. Haveria na constituição da cultura republicana um determinado tipo de pragmatismo na manipulação da realidade em benefício próprio. O bilontra, estereótipo do malandro, debochava da ordem formal e encontrava na estrutura pública o meio de satisfação de seus interesses privados.

A estadania também se coloca em tensão diante da cidadania, na medida em que esta última se caracteriza modernamente, segundo Carvalho (2001), pela associação das pessoas no âmbito da participação política junto ao governo, pelo usufruto dos direitos e da justiça social. Evidentemente, as práticas sociais fundamentadas no fisiologismo e no clientelismo ferem radicalmente princípios éticos de cidadania comprometidos com a promoção do bem comum.

A cidadania brasileira dos primeiros anos republicanos admitia dicotomia entre as sociedades civil e política: existia a previsão legal de direitos civis para todos, mas o direito

político era limitado a uma parcela reduzida da população, já que mulheres, pobres, analfabetos e setores militares e religiosos não podiam exercer o direito do voto. A situação dos analfabetos era particularmente injusta, pois a Constituição republicana retirava a educação primária da esfera das obrigações do governo, o que perpetuava o analfabetismo: estabelecia-se, assim, uma ordem liberal antidemocrática que punia os excluídos pelo próprio governo (CARVALHO, 2009).

Carvalho (2009) afirma que mesmo a cidadania política se viu afrontada em boa parte do período republicano, uma vez que ao federalismo descentralizado se associava o domínio das oligarquias que limitavam a participação política popular. Outra questão política importante da época dizia respeito à concepção abstrata e homogênea de povo, que por sua vez se fundamentava na integração comunitária que culminava na vontade geral da soberania, o que viabilizava a gênese das ditaduras republicanas. Mesmo as articulações operárias foram alvos de tentativas de proibição por parte do Código Criminal do início da República, mas ameaças de paralisações do operariado reverteram o processo e adequaram a legislação brasileira aos padrões europeus.

O veto à cidadania política, aliás, acarretava problemas na esfera dos direitos sociais, uma vez que tais direitos, não podendo ser reivindicados pela luta política, eram concedidos ao povo na perspectiva do paternalismo. Assim, a cidadania brasileira não se configurava como plena (CARVALHO, 2009).

A cidadania também se viu confrontada com a concepção de pátria, apesar de ambas se caracterizarem por formas de inserção na coletividade: enquanto a pátria pressupõe os elementos afetivos e integrativos, a cidadania contempla os aspectos racionais, conflitivos e individualistas da dinâmica social (CARVALHO, 2009).

As concepções de solidariedade mecânica e orgânica de Durkheim se aproximam respectivamente dos conceitos de pátria e cidadania: a solidariedade mecânica se caracteriza pela semelhança entre os membros de uma coletividade e pelo culto comum a determinados valores, enquanto a solidariedade orgânica se constitui a partir das diferenças individuais que produzem um todo dotado de articulação e consenso (ARON, 1999).

Carvalho (2009) afirma que a cidadania se consolida pelo equilíbrio com a pátria, pois o foco exclusivo na pátria pode coibir o desenvolvimento da sociedade política, enquanto a centralidade no racionalismo contratual liberal, sem uma concomitante lealdade à nação, pode provocar a desintegração da sociedade.

Por fim, julgamos importante mencionar a contraposição existente entre as racionalidades instrumental e emancipatória, com nítida predominância da primeira nos



contextos cultural e político brasileiro. O capitalismo brasileiro, como o capitalismo internacional, se utiliza da razão como instrumento para a dominação e transformação da natureza, a exploração do homem no âmbito das relações de produção e a obtenção do lucro (ADORNO & HORKHEIMER, 1985).

A razão, na perspectiva da instrumentalização, tem historicamente perpetuado a miséria humana. Em contraposição a esta razão Adorno e Horkheimer (1985) concebem a razão emancipatória, que se constitui como pensamento verdadeiramente esclarecido ao se comprometer com a formação do homem crítico, autônomo, livre e consciente em relação aos fenômenos cujas essências se encontram dissimuladas sob o véu das aparências.

Ao submetermos os conceitos frankfurtianos a um retorno cronológico, identificaremos no processo ibérico de expansão marítima, no século XV, a obediência à razão instrumental. As colônias ibéricas estabelecidas nos continentes americano e africano se prestaram aos interesses de conquistas de novos mercados e de ampliação do poderio econômico. No caso brasileiro, os sucessivos ciclos de exploração econômica, realizados em concomitância com a dominação imposta sobre índios e negros, representam emblemas da aplicação da razão instrumental. Os diversos períodos históricos brasileiros, da colônia à República, indicam predominância da razão instrumental sobre a emancipatória. A hegemonia da racionalidade instrumental, aliás, não se traduz como um “privilégio” brasileiro, uma vez que sua universalidade tem sido constituída de forma globalizada.

Diante da era da globalização do capital econômico e da padronização ditada pela Indústria Cultural, a luta pela conquista da racionalidade emancipatória se faz necessária, ainda que tal embate seja árduo e por vezes utópico.

## V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação da cultura brasileira não se constituiu a partir de consensos, pois na verdade foi a aculturação imposta de forma unilateral e violenta que forjou um modo brasileiro de ser. Ainda que relatos românticos apontem para o mito da democracia racial, a epistemologia dialética indica a existência de polaridades equilibradas em constante tensão. Se a cultura fosse historicamente finita a atual realidade social brasileira estaria petrificada eternamente, mas felizmente as concepções e práticas sociais e políticas estão em permanente transformação, o que abre espaços para a emancipação do homem brasileiro e para alguma concretude nas utopias. As tensões culturais brasileiras podem ser reinterpretadas a partir da

ótica de uma racionalidade comprometida com a felicidade humana e não com a barbárie, pois como assinala Bosi (2001), a cultura pressupõe o porvir, a construção de um projeto.

O Brasil herdou do passado o fisiologismo, o clientelismo, a privatização do público e a submissão popular à tutela do poder constituído: talvez por isso a República “não tenha sido”, como afirma Carvalho (2009). Ora, o que ainda não foi pode vir a ser, graças à historicidade determinada pelas construções humanas.

A colonização, a aculturação, a escravidão, as entradas e bandeiras, os ciclos econômicos de exploração, as ações imperiais e a República, estendida da sua proclamação aos dias atuais, deixaram para os brasileiros do século XXI um legado cultural que de certa forma traz entraves para a constituição da cidadania. Assim, podemos dizer que as tensões mencionadas neste texto não representam apenas objetos de estudo acadêmico, mas se colocam como elementos fundamentais para a compreensão acerca das ações que podem nos aproximar da cidadania ampla e irrestrita, composta por direitos individuais, sociais, civis e políticos para todos e por participação política popular no âmbito do Estado. Eis então a teoria que, dotada de teleologia específica, se constitui enquanto práxis.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cidadania, estadania, apatia**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 24 jun. 2001.

TELLES, V. S. **Pobreza e cidadania.** São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Editora 34, 2001.